

Felicidade e o exercício da virtude em Aristóteles

Happiness and the exercise of virtue in Aristotle

Danilo Germano Lima

daniloglima2@gmail.com

Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Pós-Graduado em Ciências da Religião pela Universidade Cândido Mendes.

Resumo

O presente artigo apresenta como temática de reflexão a felicidade no pensamento de Aristóteles. Será observado que este filósofo grego se distancia de um idealismo abstrato e confere ao conceito de felicidade um sentido bastante concreto ao compreendê-lo em estreita relação com a prática da virtude. Isto é, Aristóteles concede a esse conceito uma dimensão estritamente ética, associando a felicidade com o exercício da vida virtuosa.

Palavras-chave: felicidade; Aristóteles; virtude; justiça.

Abstract

This article presents as a theme of reflection happiness in aristotle's thought. It will be observed that this Greek philosopher distances himself from an abstract idealism and gives the concept of happiness a very concrete meaning by understanding it in close relation to the practice of virtue. That is, Aristotle grants this concept a strictly ethical dimension, associating happiness with the exercise of virtuous life.

(Keywords: happiness; Aristotle; virtue; justice.

Introdução

À medida em que o homem foi avançando em seu estágio evolutivo, ele foi desenvolvendo novas habilidades que tornaram possível a sua sobrevivência sobre a terra, como o domínio do fogo, o uso da linguagem, etc. Com o passar do tempo, o ser humano foi desenvolvendo o intelecto, e sua capacidade de refletir sobre si e sobre o mundo em que se vive. O homem passou a questionar assim, a sua própria existência, e, ao realizar este exercício se defronta com sentimentos que o enriquecem enquanto pessoa, um deles é a felicidade. Essa experiência, o conduz a um entre questionamento: o que é a felicidade?

Diversas serão as tentativas de reflexão propostas ao longo da história para tentar responder a essa pergunta. Alguns pensarão que a felicidade consiste naquilo que todos os homens procuram e que move as ações de todos os homens. Trata-se de uma temática que assume grande relevância, pois em nenhuma época, ainda mais nos tempos atuais marcados por tantas tensões e crises, ela deixa de ser refletida e de igual modo também não cessam as teorias que tentam compreender como ela atua no corpo humano. Destaque aqui será dado ao pensamento do filósofo grego Aristóteles, especialmente em sua obra *Ética a Nicômaco*, para quem a felicidade está intimamente conectada com o desenvolvimento das virtudes que convergem para um único fim que é o bem. Nesse sentido, o presente artigo apresenta como temática o pensamento aristotélico acerca da felicidade e como ela se encontra associada à prática da justiça.

O objetivo do trabalho consiste na verdade, em associar a prática das virtudes ao sentimento de felicidade e como esse processo é concebido por Aristóteles conferindo-a uma dimensão ética. A pergunta que norteará a pesquisa consiste em entender em que medida Aristóteles entrelaça os conceitos de felicidade e virtude e como isto se reverte de modo positivo em toda a humanidade. Para tanto, o percurso do pensamento adotado irá contextualizar o pensamento do filósofo em seu tempo específico além de compreender os conceitos de virtude e de justiça e como se revertem em felicidade. A metodologia a ser utilizada nessa pesquisa terá uma abordagem qualitativa, através do procedimento da pesquisa bibliográfica na qual será utilizada a já mencionada obra do filósofo e além de produções acadêmicas destinadas a comentar a filosofia aristotélica.

A felicidade como virtude no pensamento de Aristóteles

Nas épocas mais remotas de desenvolvimento do pensamento filosófico, a felicidade era explicada de modo bastante mitológico, como se pode observar em escritos encontrados em

diversas civilizações primitivas como os Sumérios, povos que ocupavam a região da Mesopotâmia, também no povo hebreu cujos relatos míticos também podem ser encontrados na *Bíblia* especialmente nos primeiros capítulos do livro do Gênesis. Tentando superar o pensamento mitológico, os gregos procuravam refletir sobre o assunto a partir de uma perspectiva racional “e implicaram o homem na construção da própria felicidade a partir da ética e da virtude” (SANTOS, 2018, p. 15).

Um dos expoentes do pensamento filosófico grego foi Sócrates. Para este pensador, a felicidade estava associada a uma condição cívica. O maior discípulo de Sócrates, que avançou consideravelmente na especulação filosófica, foi Platão (427-347 d.C.). Havia uma tendência entre os pensadores de inserir a questão da busca do belo e das virtudes, dando-lhes um sentido mais abstrato, ou mais precisamente inserindo-o no idealismo platônico. O próprio Platão, no entanto, discorda dessa posição ao “defender a felicidade como resultado da ação humana, cuja natureza se esforça por praticar boas ações” (SANTOS, 2018, p. 15).

Platão defendia que a felicidade fosse compreendida sob a ótica da funcionalidade, visto que “todas as coisas têm sua função. Assim, como a função do olho é ver e a do ouvido, ouvir, a função da alma é ser virtuosa e justa, de modo que, exercendo a virtude e a justiça, ela obtém a felicidade” (NÓBREGA, *et al.*, 2021, p. 02). Discípulo de Platão, Aristóteles acompanhará em partes o pensamento de seu mestre, ampliando-o de modo concreto a sua implicação na vida do homem. Cabe antes de prosseguir nesse raciocínio, apresentar de modo bastante sucinto alguns dados acerca desse filósofo.

Aristóteles nasceu na cidade de Estagira provavelmente em 384 a.C. Aos 18 anos passou a residir em Atenas e frequentou a Academia de Platão, permanecendo com seu mestre até sua morte. Após a morte de seu mestre, ele se afasta da Academia e entre outros ofícios, assume a função de preceptor do futuro imperador macedônico, Alexandre, o grande. Mais adiante retornará à Atenas onde fundará sua própria instituição chamada de Liceu, no qual aprofundou seus estudos sobre filosofia platônica. À medida em que se aprofundava em seus estudos, “Aristóteles formulava suas próprias teorias e com isso se afastava intelectualmente do seu grande mestre Platão, valorizando o conhecimento empírico [...]” (MALAVASI; BATISTA; OLIVEIRA, 2020, p. 03).

Aristóteles concordava com seu mestre Platão que a finalidade última de todos os indivíduos é a felicidade. Porém quando se passa ao questionamento de como alcançá-la é que ele se distancia do caminho platônico e de seu viés idealista. Suas ideias acerca dessa temática estão formuladas sobretudo em sua obra *Ética a Nicômaco* o que evidencia o contexto ético que

o filósofo concede a esse tema. Nesse sentido, nesta obra para Aristóteles, a *Eudaimonia* (felicidade) é “uma atividade das ações do homem que finda no bem viver. Esforçou-se para demonstrar que o inteligível está centrado no sensível, que é sim possível uma ciência voltada para isto, isto é, um conhecimento global e importante das coisas sensíveis” (SOUZA; SÉRGIO; 2021, p. 100).

Nesse sentido, percebe-se que o conceito de felicidade para Aristóteles se torna a base do seu pensar ético. Etimologicamente, a palavra ética varia do grego *éthos* que pode ser traduzido como “caráter” ou “costume”. No entanto, os estudiosos defendem a compreensão que talvez nenhuma das duas palavras expresse o verdadeiro sentido do termo grego. Mas, fica claro que a palavra grega *ethos* refere-se “ao comportamento humano dos homens em sociedade. Portanto, a ética e a moral estão interligadas pelas ações humanas, ou seja, pelo agir humano como uma busca pelo bem-estar social” (MALAVASI; BATISTA; OLIVEIRA, 2020, p. 04).

Assim, a ética para este filósofo, “é uma reflexão prática que estuda, a conduta humana tendo como uma reflexão teórica a ação moral e a indicação dos meios para o ser humano atingir a sua perfeição” (CAMPOS, 2020, p.20). De modo que o estado de *eudaimonia* somente pode ser atingido pelo homem virtuoso. Para melhor compreender o que este filósofo entende como virtude, é necessário acessar a obra *Ética a Nicômaco*, na qual Aristóteles distingue as virtudes em duas categorias, umas são intelectuais e outras são morais,

A primeira pode ser desenvolvida e aprimorada por meio do ensino e - neste sentido - demanda tempo e experiência; já a virtude moral é adquirida por meio do hábito. Apesar desta distinção, Aristóteles estabelece um ponto em comum entre elas: nem a virtude intelectual e nem a virtude moral são inatas. Em relação à virtude moral, isso fica ainda mais evidente quando levamos em consideração o processo necessário para sua aquisição. Ora, se o hábito é capaz de alterar uma virtude, então é necessariamente falso dizer que essa mesma virtude exista, por natureza, em nós; isto se dá desse modo, porque aquilo que nos é inato não pode jamais ser alterado pelo hábito (MARQUES, 2019, p. 30-31).

O próprio Aristóteles afirma que a virtude está no meio, pois nas margens estão os vícios. Em um extremo estão os excessos e no outro, as deficiências. De modo que,

Seguindo a concepção de que todas as coisas se regem segundo uma ordem subjacente, que brota da própria natureza e visa o seu pleno desenvolvimento, a virtude aparece como a justa medida, ou seja, a medida determinada por essa ordem natural e pelos fins que a sobredetermina (ROCHA, 2021, p. 179).

Assim, percebe-se que as virtudes, mais do que uma mera percepção sensitiva ou emotiva, a felicidade é um produto da razão, caracterizada por Aristóteles como uma virtude

dianoética, isto é, virtudes ligadas ao intelecto de modo que “a virtude moral tem relação com a ação (*práxis*), a virtude intelectual está ligada ao estado mental que permite ao homem ter acesso a diferentes tipos de saber (*episteme*) e alcançar ora a sabedoria prática, ora a contemplação” (HAMELIN, 2018, p. 44). Essa mediação racional na qual a felicidade se alicerça em uma “disposição procedente de uma escolha, sendo que, onde há uma escolha, há o concurso da razão. Assertivas como essas terminam por inserir o elemento da racionalidade como lastro fundamental da felicidade conforme a ética aristotélica” (MENDES, 2021, p. 08).

Na filosofia aristotélica há, portanto, um apelo ao ser virtuoso, o qual leva à felicidade. Portanto, a virtude se constitui “uma atividade *sui generis* da alma que determina a ação humana e é adquirida pelo hábito. [...] O homem sábio as pratica pelo fato destas o tornar sempre mais virtuoso, uma vez que são corretivas, e, *a fortiori*, pelo fato de facilitar a excelência moral” (ROCHA, 2021, p. 181).

Fica claro, portanto, que a virtude para Aristóteles se constitui uma propriedade do ser, que lhe é mais característica e essencial e o exercício racional dessas virtudes aumenta os potenciais do homem, conduzindo-o à excelência ou perfeição do ser. Não basta somente então possuir as virtudes, é preciso usá-las, colocá-las em prática. Assim, “o ser humano precisa esforçar-se para realizar aquilo que lhe é dado pela natureza como potência (possibilidade de ser)” (NÓBREGA, *etal.*, 2021, p. 05). Ou seja, a vida virtuosa que conduz à felicidade, deve ser perseguida, numa atividade persistente.

Esta busca se traduz concretamente por exemplo, nas escolhas que são realizadas cotidianamente. Tal como a música composta em 1974 por Roberto e Erasmo Carlos *É preciso saber viver*, a vida é feita de escolhas e por isso é preciso saber escolher, é preciso seguir a reta razão. De modo que Aristóteles entende que a finalidade de todas as ações do indivíduo deve atingir um bem último. Ou seja, o homem se revela um ser ético, através da educação de suas ações, assim sendo, o homem feliz é aquele que age bem, pois vive bem. Assim, a finalidade da ética aristotélica consiste assim em apontar o caminho para a felicidade, à medida que “ao agir de acordo com a ética e praticar boas ações, o indivíduo teria uma maior consciência dos seus atos e, portanto, menos conflitos” (SANTOS, 2018, p. 17-18).

Diante dessa síntese do pensamento ético aristotélico, é possível compreender qual sentido que o filósofo concede à felicidade. Embora forneça por meio das virtudes, um caminho para atingi-la Aristóteles adverte que a felicidade não pode ser encontrada nas ações louváveis, pois para ele a felicidade estaria nas coisas de valor inestimável. “Parece ser assim pelo fato de se tratar de um princípio. É, de fato, graças a ela que fazemos todas as demais

coisas. E nós supomos, por outro lado, que o princípio e o fundamento é algo de precioso e divino” (MECHIÇO; TOMO, 2021, p. 56). Por isso não se pode associar a felicidade a determinados condicionalismos, exceto à razão humana.

Percebe-se assim que para Aristóteles, mais do que compreender o que a felicidade, é importante também apresentar como se busca a felicidade. Ou seja, cabe-se perguntar: de que modo um indivíduo pode se tornar feliz? O filósofo expõe seu pensamento da seguinte forma:

Se a felicidade consiste na atividade virtuosa, é razoável que seja de acordo com a virtude maior, e esta será a virtude do mais excelente contido em nós. Se é o intelecto ou outra coisa que consideramos se nosso governante e guia natural e que é capaz de pensar o que é nobre e divino, ou se é ele próprio também divino, ou apenas a parte mais divina dentro de nós - será a atividade dessa parte de nós em harmonia com a virtude que lhe é inerente que constituirá a perfeita felicidade (ARISTÓTELES, 2007, p. 375).

Importante entender também que a felicidade defendida por Aristóteles é alcançada pelo homem em sua própria condição de vida. Ainda assim Aristóteles elenca três formas de vida que seria propícia para o desenvolvimento da felicidade “primeiro, uma vida de fruição e que é dedicada ao prazer; segundo, uma vida a que é dedicada à ação política e; terceiro, uma vida a que é dedicada à atividade contemplativa” (MECHIÇO; TOMO, 2021, p. 57). Cabe aqui detalhar um pouco mais a segunda e terceira forma. É preciso deixar claro inicialmente que ao falar de contemplação Aristóteles não concede a este termo o mesmo sentido que ele ganhou na atualidade, utilizado com frequência em sentido religioso.

A contemplação é para Aristóteles, sinônimo de uma vida dedicada ao conhecimento, à qual inclusive seria também uma forma de aproximar o homem da divindade. Assim, a contemplação seria “uma via de acesso a uma outra realidade, um itinerário de excelência, um canal de contato do homem com a divindade. Não seria absurdo, portanto, afirmar que o Inteligível poderia ser encontrado pelo homem, pois, na verdade, estaria no próprio homem” (MENDES, 2021, p. 11).

Também a contemplação deve ser guiada pela virtuosidade, de modo que, o homem sábio, isto é, aquele que contempla, vislumbra a profunda e íntima relação que existe entre felicidade e contemplação em Aristóteles. De modo que, felicidade e contemplação coexistem e “quanto mais se possui a faculdade de contemplar, mais também se é feliz, não por acidente, mas em virtude da própria contemplação, pois essa é por si só um grande prêmio. De modo que a felicidade seria uma forma de contemplação” (MENDES, 2021, p. 13). O segundo ponto

em que Aristóteles considera essencial para a vivência da felicidade é a ideia de coletividade que se expressa de modo concreto na existência da *pólis*, da cidade.

É bem próprio do pensamento aristotélico a ideia de que ser feliz equivale a viver bem e que conseqüentemente, não é possível viver bem sozinho, pois os homens precisam uns dos outros para atingirem dignamente a felicidade. Para atingir a felicidade o homem não pode, portanto, esquecer de seu caráter “animal político”, isto é, um ser envolvido na *pólis* lugar por excelência da convivência e da prática da justiça. A cidade se constitui pois como uma organização capaz de permitir aos homens uma vida melhor. De modo que, “tendo sido constituída para permitir que se viva, a cidade permite, uma vez que exista, levar uma vida feliz, ou seja, ‘viver bem’. Existindo então por uma finalidade que se confunde com sua própria natureza, a cidade é seu próprio fim, para si mesma” (CAMPOS, 2020, p. 29).

A cidade nasce assim da necessidade do homem conviver com o outro e, portanto, na cidade se tem em vista o bem comum e não somente o bem individual. A cidade é o lugar onde os concidadãos se relacionam. É na cidade que o cidadão observa a construção de uma justiça política. É nesse sentido que se compreende que “o indivíduo deve viver para a cidade não a cidade em função do indivíduo. [...] o homem deve viver sua vida totalmente comprometido com a *polis*. Somente assim, ele viverá de forma ética e alcançará a felicidade” (CAMPOS, 2020, p. 29). Assim,

A observância e a prática da lei da *pólis* torna o homem virtuoso e logo, *eudaimônico*, ao passo que ir na contramão desta proposta gera infelicidade. Do primeiro *modus* é que se configura uma sociedade política, cidadã. A lei poder-se-ia ser sintetizada no auge da promulgação por parte do legislador e, somente praticando esta lei é que se entenderá tal sumidade jurídica, pois seu *télos* é o bem comum (*commune bonum*). Esta é a justiça legal. É a maneira de agir bem de maneira pública e é, concomitantemente, o que Aristóteles alinha de ‘justiça completa’, visto que não diz respeito somente à maneira privada de agir [...] (ROCHA, 2021, p. 188).

É importante lembrar, no entanto, que Aristóteles não considerava cidadãos todas as pessoas que viviam na *pólis*. Para ser cidadão era precisa estar diretamente envolvido na administração da cidade. Assim, mulheres, escravos, homens pobres, estavam excluídos dessa condição. Se tratava na verdade, de um pequeno grupo privilegiado, geralmente pertencentes às classes mais favorecidas que tinham tempo livre para cuidar do bem da *pólis*. O próprio Aristóteles por ser de outra cidade, Estagira, o filósofo não participava das assembleias nem direitos na cidade. De todo modo, seu pensamento foi de salutar importância “por implantar na sociedade em todas as demais, uma ética universal, que levaria todos a viverem em

sociedade com um único objetivo que é chegar ao ‘bem supremo’, ou seja, à felicidade” (CAMPOS, 2020, p. 30).

Ainda no contexto das relações interpessoais que conduzem à felicidade, especial destaque Aristóteles concede à amizade “já que se trata de uma virtude ou implica virtude e, além disso, torna-se primordial para a vida do indivíduo, tanto no relacionamento com a polis, como no alcance da felicidade” (MENDES, 2021, p. 09). Mas, para ser geradora de felicidade, a amizade não pode servir a um cunho utilitarista nem se fundar em mero prazer.

O filósofo também alerta para uma compreensão de felicidade que a conceba como algo permanente. O filósofo discorda desse posicionamento ao defender que uma pessoa feliz possa perder a sua felicidade se padecer alguns infortúnios. O que não significa afirmar que a pessoa nunca tenha sido feliz. Assim, Aristóteles pensa que o indivíduo pode ser feliz em algum período da vida e em outros não. E reconhece que os infortúnios em pequena escala não são suficientes para mudar o curso de uma vida, mas quanto estes ocorrem em quantidades excessivas, podem ser prejudiciais afetando o humano e comprometendo a sua felicidade. De modo que passando por grandes e frequentes desventuras “nem se recuperará de tais infortúnios e se tornará novamente feliz em pouco tempo, mas somente – se isto acontecer – após um longo lapso de tempo, durante o qual ele tiver tido oportunidade de obter muitos e belos sucessos” (SILVA, 2020, p. 79).

Arelado a esse posicionamento e refletindo sobre a atual circunstância da sociedade brasileira não é difícil pensar que o povo brasileiro não seja feliz, pois a “privação das liberdades concretas traz consigo o problema do desenvolvimento, porquanto, sempre que se nega a liberdade às pessoas, decididamente, nega-se, de igual modo, o desenvolvimento e, conseqüentemente, a sua felicidade” (MECHIÇO; TOMO, 2021, p. 59). O meio deve, portanto, oferecer possibilidades de se construir a felicidade. Diante desse cenário, é mais fácil ao homem praticar a injustiça, mas o anseio pela felicidade se demonstra quando mesmo assim, voluntariamente opta pela justiça, pela virtude, pela justa medida, buscando racionalmente sua *eudaimonia*.

Considerações finais

Este artigo apresentou como proposta de reflexão a felicidade no pensamento filosófico de Aristóteles. Percebeu-se a íntima conexão que o filósofo concede ao tema em um sentido ético. Compreende-se que se trata de uma ética que possuía um caráter teleológico, isto é, uma finalidade previamente estabelecida. Para Aristóteles, a finalidade da vida do homem é

encontrar a felicidade e para que o homem a encontre é necessário que ele viva segundo a virtude. Ou seja, alcança-se a felicidade por meio de ações virtuosas, buscando-se o meio termo das ações, afastando-se dos extremos onde residem os vícios.

Compreende-se assim, que o pensamento aristotélico não é idealista quanto o de Platão pois, concretamente, provoca o indivíduo a perceber que cada um de nós somos responsáveis por nossas ações, nossas escolhas, e que cada escolha possui suas consequências próprias e delas não se cabe fugir, mas enfrentá-las. De modo, que praticar a justiça ou a injustiça, ser virtuoso ou não, é uma escolha racional do homem, pois a virtude é fruto do hábito. Nesse sentido, para se chegar à felicidade, é necessário encontrar a justa medida entre os extremos. Em outras palavras, o pensamento aristotélico deixa claro que a vida feliz requer uma vida pautada no equilíbrio.

Por isso, deve o indivíduo constantemente apoiar-se na estabilidade das virtudes. Embora o próprio Aristóteles reconheça o caráter instável da felicidade, admitindo que ela não é permanente, ao mesmo tempo este defende a estabilidade da vida virtuosa e sem ela ficaria mais difícil para o homem encontrar seu fim último, que é a vida feliz. Transferindo o pensamento aristotélico para a realidade social atual percebe-se a sua atualidade quando em muito caberia a pergunta: como ser feliz em meio a tantas adversidades? Em meio a tantas desigualdades sociais, a perda de direitos fundamentais, a degradação da dignidade da pessoa humana?

Em meio a esse cenário, o pensamento aristotélico, vem fornecer uma reflexão acerca da importância do comportamento humano na sociedade, balizando esse comportamento sob o pilar da ética que por sua vez está voltada ao coletivo e não à individualidade. A promoção da dignidade da pessoa humana perpassa assim pela necessidade de que cada indivíduo tem de buscar na ética a essência do seu ser. A construção dos espaços sociais de promoção da dignidade humana se constitui como importante consequência da evolução do tema nas sociedades, no entanto, eles não terão seus efeitos se não forem acompanhados de uma ação concreta, de um agir ético que o conduz à plena felicidade.

É necessário, portanto, que as estruturas educacionais como um todo, especialmente a Universidade, atuem como lugar de reflexão propício ao exercício de imbuir no ser humano os princípios éticos que o conduzirão à uma vida feliz, pois a condição estável do caráter de uma pessoa virtuosa é o que melhor garante as condições que a vida boa estabelece. Enfim, Aristóteles convida a pensar que a felicidade não é algo que já está pronto e definido

eternamente, mas sim que ela é fruto de uma construção humana, alicerçada em um agir virtuoso.

Referências Bibliográficas.

- ARISTOTELES - *Ética a Nicômaco*. Texto Integral, São Paulo; Coleção Obra Prima de cada Autor, v. 53, Ed. Martin Claret, Trad. Pietro Nassetti, 2007.
- CAMPOS, Juliano Neres de. A vida na *polis* como exigência para a felicidade do homem. *Revista Pandora Brasil*, ed. 107, p. 19-31, ago./2020.
- HAMELIN, Guy. A origem das virtudes dianoéticas em Abelardo. *Patrística et Mediaevalia*, n. XXXIX, 2018.
- MALAVASI, Silvana; BATISTA, Viviane da Silva; OLIVEIRA, Terezinha. Contribuições da filosofia aristotélica sobre ética para a sociedade contemporânea. *Anais do VI CONEDU*-Congresso Nacional de Educação, 2020.
- MARQUES, Aurelio Oliveira. A natureza da virtude moral na ética de Aristóteles. *Revista Contemporânea*, n. 18, p. 30-39, 2018.
- MENDES, Amós Santiago de Carvalho. A vida teórica ou contemplativa como plenitude da felicidade na obra *Ética a Nicômaco*. *Debates Filosóficos- ética e democracia*, v. I, n. 03, 2020.
- MECHIÇO, Rosa Alfredo; TOMO, Antônio Xavier. Desenvolvimento como processo de busca de bem-estar (Sen) e de felicidade (Aristóteles), *Revista Cactus- Ciência, Arte, Comunicação em Transdisciplinaridade Online*. v. I, n. 02, p. 45-60, 2021.
- NÓBREGA, José Cândido da Silva. A felicidade em Platão e Aristóteles. *Research, Society and Development*, v. X, n. 06, e33810615620, 2021.
- ROCHA, Dilson Brito da. A ética finalística de Aristóteles: a questão da eudaimonia. *Revista Lampejo*, v. IX, n. 02, p. 175-191, fev. 2021.
- SANTOS, Marcio Teixeira dos. *O que é isso, a felicidade?* Monografia (Bacharelado em Psicologia)- Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA, Ariquemes -RO, 2018, 52p.
- SILVA, Everton de Jesus. A felicidade e a instabilidade das coisas humanas. *Revista Estudos de Filosofia e Ensino*, v. II, n. 01, p. 67-81, 2020.
- SOUZA, Thaís Regina Ravazi de; SÉRGIO, Silvia Carla. O intelecto e a moral Nicomaqueia: as virtudes como um fim na felicidade. *Monumenta- Revista Científica Multidisciplinar*. V. III, n. 01, p. 99-103, set./2021.
- TONELLI, Moisés Rabaioli. *Aristóteles e o caminho da felicidade*. (Especialização em Ensino da Filosofia)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018, 30p.